



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941  
E-mail: [dep.jesussergio@camara.leg.br](mailto:dep.jesussergio@camara.leg.br)

- a) Ministério da Economia estuda proposta para o fim do monopólio da Caixa na gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)?
- b) Ao invés de financiar novos contratos do Programa Minha Casa Minha Vida, o governo estaria criando com o dinheiro do FGTS um Fundo Garantidor para facilitar o empréstimo imobiliário pelos bancos para famílias de baixa renda?
- c) Nesse novo modelo de gestão do FGTS, o governo vai determinar o fim do subsídio da Faixa 2 e acabar com a Faixa 1 do MCMV?



## **JUSTIFICAÇÃO**

Entrevista do diretor do departamento do FGTS do Ministério da Economia, Igor Vilas Boas de Freitas, ao Estadão, publicada em 10 de setembro, revela articulações do governo federal para a quebra do monopólio da Caixa na gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que desde 1990 é de responsabilidade da instituição financeira.

O governo prega que o FGTS não pode ser gerido por um só banco e defende que outras instituições participem da gestão dos recursos. Pela proposta, o dinheiro do FGTS que hoje financia o setor imobiliário, o saneamento e a infraestrutura, pode render mais se ao invés de subsídios do MCMV, passe a ser usado como seguro para garantir empréstimos para construção de moradias tomados por pessoas de baixa renda.

Nas palavras do diretor, “a Caixa sempre foi um entrave para a modernização do FGTS.” Para destravar esses recursos o governo está trabalhando para criar um fundo garantidor com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida que hoje servem de subsídios nos imóveis construídos para famílias de baixa renda.

Para o governo, uma vez criado o Fundo Garantidor, as pessoas que hoje não tem acesso ao crédito imobiliário porque os bancos não o aprovam na análise de risco, poderão fazer seu financiamento tendo o Fundo como seguro para as instituições financeiras no caso de não pagamento da dívida pelo mutuário.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Economia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2019.

**JESUS SÉRGIO**  
Deputado Federal – PDT/AC